

**A escolarização de adolescentes em conflito com a lei: uma revisão da literatura**

**The schooling of adolescents in conflict with the law: a literature review**

**La escuela de los adolescentes en conflicto con la ley: revisión de la literatura**

Recebido: 17/11/2020 | Revisado: 18/11/2020 | Aceito: 23/11/2020 | Publicado: 28/11/2020

**Suany Naiara Rosa dos Anjos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2026-0304>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [suanyanhos@gmail.com](mailto:suanyanhos@gmail.com)

**Maély Ferreira Holanda Ramos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6150-6345>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [maelyramos@hotmail.com](mailto:maelyramos@hotmail.com)

**Resumo**

O presente artigo objetiva analisar artigos dos diretórios CAPES e SciELO referentes ao período de 2015 a 2019, que abordem a temática da escolarização de adolescentes em conflito com a lei e da violência escolar. Tal estudo consiste em uma revisão da literatura de abordagem quanti-qualitativa. Os descritores utilizados foram “adolescentes em conflito com a lei”, “violência escolar”, “delinquência juvenil”, “professores”, “alunos”, “medidas socioeducativas” e “*bullying*”. Os critérios de inclusão foram publicações no formato de artigos gratuitos, sem especificação de idioma, com busca de descritores contidos em assunto ou título. As publicações que não preenchiam os critérios de inclusão foram excluídas. Após a mineração nas fontes CAPES e SciELO foram selecionados 09 estudos. Obteve-se após o processo de categorização as seguintes categorias e frequência: Escola (f=13), adolescência (f=09) e socioeducação (f=08). Grande parcela dos trabalhos selecionados concluiu que a escola apresenta muitos obstáculos para a escolarização de adolescentes infratores. Dentre os problemas mais frequentes, encontrados no ambiente escolar, relacionados à escolarização de adolescentes infratores estão: resistência da unidade escolar em realizar a matrícula, distorção idade-série, evasão escolar, alto índice de repetência, baixa escolaridade, baixo vínculo escolar ocasionado pelo preconceito sofrido, práticas educativas que não atendem as necessidades dos adolescentes e relações interpessoais comprometidas; esse último contribui para aproximação dos adolescentes com práticas delinquentes. Tendo isso em vista, conclui-

se que a escola precisa rever suas estratégias pedagógicas direcionadas à escolarização dos adolescentes em conflito com a lei.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei; Escolarização; Violência escolar.

### **Abstract**

This article aims to analyze articles from the CAPES and SciELO directories for the period from 2015 to 2019, which address the issue of schooling adolescents in conflict with the law and school violence. Such a study consists of a review of the literature with a quantitative and qualitative approach. The descriptors used were “adolescents in conflict with the law”, “school violence”, “juvenile delinquency”, “teachers”, “students”, “socio-educational measures” and “bullying”. Inclusion criteria were publications in the form of free articles, without language specification, with search for descriptors contained in subject or title. Publications that did not meet the inclusion criteria were excluded. After mining at CAPES and SciELO sources, 09 studies were selected. After the categorization process, the following categories and frequency were obtained: School (f = 13), adolescence (f = 09) and socio-education (f = 08). A large portion of the selected works concluded that the school presents many obstacles to the schooling of adolescent offenders. Among the most frequent problems found in the school environment, related to the schooling of adolescent offenders are: resistance of the school unit to enroll, age-grade distortion, school dropout, high repetition rate, low education, low school bond caused by prejudice suffered, educational practices that do not meet the needs of adolescents and compromised interpersonal relationships; the latter contributes to bringing adolescents closer to delinquent practices. In view of this, it is concluded that the school needs to review its pedagogical strategies aimed at schooling adolescents in conflict with the law.

**Keywords:** Adolescent in conflict with the law; Schooling; School violence.

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo analizar artículos de los directorios CAPES y SciELO para el período de 2015 a 2019, que abordan el tema de la escolarización de adolescentes en conflicto con la ley y la violencia escolar. Dicho estudio consiste en una revisión de la literatura con un enfoque cuantitativo y cualitativo. Los descriptores utilizados fueron “adolescentes en conflicto con la ley”, “violencia escolar”, “delincuencia juvenil”, “docentes”, “alumnos”, “medidas socioeducativas” y “bullying”. Los criterios de inclusión fueron publicaciones en forma de artículos libres, sin especificación de idioma, con búsqueda

de descriptors contenidos en tema o título. Se excluyeron las publicaciones que no cumplieron con los criterios de inclusión. Después de la extracción en fuentes CAPES y SciELO, se seleccionaron 09 estudios. Luego del proceso de categorización, se obtuvieron las siguientes categorías y frecuencia: escolar (f = 13), adolescencia (f = 09) y socioeducativa (f = 08). Una gran parte de los trabajos seleccionados concluyó que la escuela presenta muchos obstáculos para la escolarización de los adolescentes infractores. Entre los problemas más frecuentes encontrados en el ámbito escolar, relacionados con la escolarización de los adolescentes infractores se encuentran: resistencia de la unidad escolar a matricularse, distorsión de edad-grado, deserción escolar, alta tasa de repetición, baja escolaridad, bajo vínculo escolar por prejuicio prácticas educativas sufridas que no satisfacen las necesidades de los adolescentes y relaciones interpersonales comprometidas; esto último contribuye a acercar a los adolescentes a las prácticas delictivas. Ante esto, se concluye que la escuela necesita revisar sus estrategias pedagógicas dirigidas a escolarizar a los adolescentes en conflicto con la ley.

**Palabras clave:** Adolescente en conflicto con la ley; Escolarización; Violencia escolar.

## 1. Introdução

A violência escolar constitui-se em um problema social e pode ser definida como comportamento agressivo que abrange os conflitos interpessoais, os danos ao patrimônio e os atos criminosos, podendo ter consequências negativas sobre os resultados escolares dos alunos (Soares & Ivo, 2018).

No Brasil, os estudos acadêmicos focados na violência escolar e na escolarização dos adolescentes em conflito com a lei concentram-se nas áreas do Direito, Psicologia, Serviço Social e Saúde. Por sua vez, a Educação apresenta-se com produções exíguas, e quiçá dependente de outras áreas, principalmente das ciências Jurídicas, ademais, educação e a socioeducação são as principais políticas voltadas ao acompanhamento dos adolescentes que cometem violência (Ribeiro, 2016).

A despeito da escolarização oferecida aos autores de atos infracionais, destaca-se que é um tema merecedor de atenção do mundo científico, principalmente no âmbito da educação, e que se configura como um dos pilares para o processo de ressocialização dos adolescentes, especialmente do educando nomeado aluno-problema, atributo em que se enquadra a maioria dos adolescentes em conflito com a lei. (Batista, Tiellet, Stefano & Medeiros, 2019; Barros, 2015; Morais & Ferreira, 2016).

No que tange aos aspectos legais que envolvem os adolescentes temos como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, o qual define o seguinte em seu Art. 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. O referido documento também aborda as medidas socioeducativas que são impostas aos adolescentes que cometem atos infracionais, quais sejam: (i) advertência, (ii) obrigação de reparar o dano, (iii) prestação de serviços à comunidade, (iv) liberdade assistida, (v) semiliberdade e (vi) internação (Brasil, 1990).

As três primeiras medidas têm impacto leve na vida escolar do adolescente, pois mesmo as que cumprem prestação de serviços à comunidade, tal atividade não pode comprometer a frequência desses indivíduos nas unidades escolares. No que concerne à medida de liberdade assistida, o jovem recebe acompanhamento e supervisão de sua frequência e rendimento escolar. Já na quinta e sexta medidas, observa-se que o adolescente sofre restrição em sua liberdade; durante a internação ele permanece na unidade, recebendo escolarização no próprio espaço, já durante a semiliberdade é imposta ao infrator restrição apenas parcial de sua liberdade, e a frequência escolar é realizada em uma escola de sua comunidade (Cunha & Dazzani, 2016).

Contudo, apesar do respaldo legal, para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o direito à educação, na prática escolar, apresenta restrições, contrariando as perspectivas de direitos adquiridos e a tendência de democratização de acesso à educação. Nesse sentido, observa-se que a escola é um espaço de socialização que busca favorecer experiências de produção e de conhecimento para a vida, e respeito à liberdade e à tolerância, mas para a socioeducação é rodeado de polêmicas (Siqueira, 2016).

O retorno à rotina escolar não parece simples, principalmente devido à ausência de vagas e ao preconceito e estigma sofrido pelos adolescentes. Apesar das expectativas das políticas educacionais em relação à ampla inserção dos adolescentes na escola, no cenário socioeducativo a realidade expressa a ausência da escola e de opções para o encaminhamento dos jovens contemplando todas as séries (Caparrós, 2013; Castro, 2016; Dias, 2012; Siqueira, 2016).

O Censo do Sistema Único da Assistência Social, de 2017, evidenciou que dos 2577 Centros de Referência Especializado de Assistência Social -CREAS do Brasil, que atendiam 19.873 adolescentes em liberdade Assistida, somente 1850 foram efetivamente encaminhados à escola. Esta realidade não é diferente quando se trata dos adolescentes que cumprem medida de restrição e privação de liberdade. O levantamento anual do Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo-SINASE 2017 constatou que 1455 internos não estudavam, e entre os motivos elencados para tal fato destacam-se: falta de documentação para efetuar a matrícula, evasão escolar e envolvimento com o tráfico de drogas. (Brasil, 2019).

As informações relacionadas à escolarização de menores em conflito com à lei, inseridos no Sistema Socioeducativo são incipientes, e não há nenhuma informação sobre a situação escolar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Meio Aberto. Em razão da insuficiência de dados que possam subsidiar um cenário geral da realização do processo educacional, não há um recorte estatístico nacional de inclusão escolar no contexto socioeducativo nas realidades municipais e estaduais (Ferreira & Morais, 2016). Além disso, há escassez de estudos relacionados à temática, a maioria das pesquisas é de natureza descritiva e constativa, poucos de natureza teórico explicativa (Cunha & Dazzani, 2016). Corroborando tal afirmativa, Castro (2016, p.56) observa que:

No Brasil há poucos estudos e debates sobre o aprendizado escolar de adolescentes infratores/as, pois há uma injunção de que a partir do momento em que um/a adolescente cometeu um delito, não há mais volta, como se ele/a não pudesse se redimir de seus atos, retomar os estudos e ter uma vida digna. Cria-se um estigma social de que este adolescente será um/a criminoso/a para o resto da vida.

Todavia, as pesquisas mostram que não vêm sendo desenvolvidas tecnologias sociais que permitam o desenvolvimento do que preconizam as diretrizes do SINASE. São constatações que dificultam ações educativas e preventivas no atendimento dos adolescentes que cometem atos infracionais, visto que é importante que se tenha um parâmetro de como o trabalho está sendo desenvolvido e como podem ser realizadas políticas efetivas de acolhimento escolar. (Morais & Ferreira, 2016)

Diante do exposto, o referido estudo tem por finalidade analisar os artigos dos diretórios CAPES e SciELO, do período de 2015 a 2019, que abordem a temática da escolarização de adolescentes em conflito com a lei e da violência escolar.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Natureza da Revisão**

A metodologia a ser utilizada neste estudo é a abordagem quanti-quali, por entender-se que os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem, ao contrário, interagem entre

si, e podem se complementar, possibilitando melhor entendimento dos fenômenos em estudo, haja visto que os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador, com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo, e o enfoque matemático, que torna-se importante, muitas vezes, por possibilitar a previsão dos acontecimentos (Cruz, 2018; Pereira *et al.*, 2018 ;Yin, 2015).

O estudo é do ponto de vista dos seus objetivos, exploratório e explicativo. A pesquisa exploratória busca investigar um problema, o qual possa fornecer informações mais precisas, possibilitando maior proximidade com o tema (Gil, 2007). Além disso, faz-se necessário responder aos objetivos específicos por meio da análise das interações de certas variáveis, além da necessidade de compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos por grupos sociais das comunidades escolares, pois os fenômenos violência escolar e escolarização de adolescentes em conflito com a lei são temas complexos que perpassam pela subjetividade dos comportamentos humanos, necessitando para tanto de um processo interpretativo amplo e profundo (Raupp & Beuren, 2003).

Os procedimentos técnicos utilizados são os que correspondem ao tipo pesquisa bibliográfica, tendo sido analisados a partir de fontes secundárias, quais sejam, artigos científicos publicados em periódicos. Pretende-se desta forma analisar o que vem sendo produzido acerca do tema, após a compreensão adequada do fenômeno em questão (Cruz, 2018).

Com o objetivo de oferecer um panorama da evolução da produção científica sobre o fenômeno da violência escolar e da escolarização de adolescentes em conflito com a lei, optou-se pela revisão da literatura, uma vez que para Cardoso, Alarcão & Antunes (2010), essa seria uma análise metódica dos estudos publicados num determinado período, facilitando a sistematização do tema, bem como poderia suscitar novos conhecimentos, os quais contribuirão para a resolução de problemas particulares ou locais.

## **2.2 Definição dos descritores, diretórios e cruzamentos de busca**

Para o levantamento das fontes foram utilizados os seguintes descritores: “adolescentes em conflito com a lei”, “violência escolar”, “delinquência juvenil”, “professores”, “alunos”, “medidas socioeducativas” e “*bullying*”. Para a definição desses, utilizou-se a estratégia PVO, a qual é organizada em: P- População / Problema, V- Variável/Categorias e O- Outcomes Resultados (Fram, Marin & Barbosa, 2014). Desta maneira, os descritores de busca, foram organizados, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1.** Descritores conforme estratégia de busca P.V.O para identificação de categorias conceituais da pesquisa.

<b>P</b>	<b>V</b>	<b>O</b>
Adolescentes em conflito com a lei	Delinquência juvenil	Analisar nos estudos selecionados de que forma a escolarização de adolescentes em conflito com a lei está relacionada com a violência escolar.
Professores	Violência escolar	
Alunos	<i>Bullying</i>	
-	Medidas Socioeducativas	

Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

Utilizou-se as bases de dados do portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). Durante a pesquisa, os descritores escolhidos foram utilizados como primeiro critério de inclusão, por comporem os títulos e/ou palavras-chave. Em seguida foram realizados três levantamentos: (1) somente estudos sobre a escolarização de adolescentes em conflito com a lei; (2) somente sobre violência escolar; (3) cruzamento das variáveis 1 e 2. Os critérios de inclusão também obedeceram às seguintes regras: (4) apenas artigos na íntegra; (5) dos últimos 05 anos, escritos em português, inglês ou espanhol.

Durante as buscas foram realizados os seguintes cruzamentos nas bases de dados, conforme descritos no Quadro 2.

**Quadro 2.** Descritores cruzados para a seleção e análise dos artigos científicos selecionados na CAPES e SciELO, no período de 2015 a 2019.

<b>Variável (P)</b>	<b>AND</b>	<b>Variável (V)</b>
Adolescentes em conflito com a lei	X	Delinquência juvenil
Adolescentes em conflito com a lei	X	Violência Escolar
Adolescentes em conflito com a lei	X	<i>Bullying</i>
Adolescentes em conflito com a lei	X	Medidas Socioeducativas

Variável (P)	AND	Variável (V)
Professores	X	Delinquência juvenil
Professores	X	Violência Escolar
Professores	X	<i>Bullying</i>
Professores	X	Medidas Socioeducativas
Alunos	X	Delinquência juvenil
Alunos	X	Violência Escolar
Alunos	x	<i>Bullying</i>
Alunos	X	Medidas Socioeducativas

Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

Após a leitura, percebeu-se que algumas publicações não preenchiam os critérios selecionados neste estudo, fugindo do tema ou trazendo abrangência que não representava o objeto de estudo da pesquisa; foram, portanto, excluídas.

### 2.3 Resultados da Mineração dos Artigos

Foram identificadas, a princípio, 3107 produções, divididas em 2812, na base de dados do portal de periódicos CAPES e, 295 artigos no SciELO. Após o uso dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 09 artigos. Todos foram lidos na íntegra e fichados com o objetivo de organizar e analisar conceitos, métodos e abordagens teóricas. Os resultados encontrados foram organizados na Tabela 1:

**Tabela 1** – Resultados das buscas com os descritores utilizados nesta pesquisa, nos diretórios nos últimos 05 anos.

<b>Diretório</b>	<b>Levantamento Inicial</b>	<b>Selecionados após a aplicação dos Critérios de Inclusão</b>	<b>Número Final de Artigos</b>
CAPES	2812	03	03
SciELO	295	06	06
<b>Total</b>	<b>3107</b>	<b>09</b>	<b>09</b>

\*Nota: excluídos os resultados repetidos.

Total de artigos selecionados

Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

## 2.4 Coleta e Análise de Dados

Para a coleta de dados foram selecionados os artigos científicos que contemplassem nos resumos e palavras-chave, os descritores selecionados, utilizassem de abordagem qualitativa ou mista, e que em seu escopo trabalhassem os aspectos relacionados à escolarização de adolescentes em conflito com a lei e sua relação com a violência escolar. Portanto, colheu-se as seguintes informações: (1) ano de publicação, (2) *Qualis* das revistas, (3) metodologia quanti-qualitativa, (4) frequência das palavras -chave.

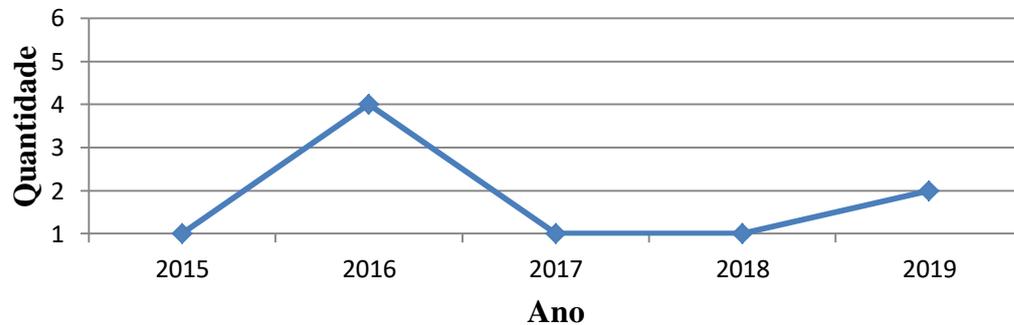
Para a análise dos dados coletados quantitativamente foram utilizados tabelas e gráficos. Em relação aos aspectos qualitativos utilizou-se a categorização da Análise de Conteúdo que atualmente pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos verbais ou não-verbais. (Bardin, 2010).

## 3.Resultados e Discussão

### 3.1 Caracterização dos estudos

Para caracterização dos estudos selecionados optou-se por explorar duas variáveis, sendo estas o ano de publicação e o *Qualis* das revistas. Na Gráfico 1 verifica-se o resultado da distribuição dos artigos, segundo o ano de publicação dos estudos investigados.

**Gráfico 1.** Quantidade de artigos científicos selecionados nas bases de dados do portal de periódicos da CAPES e SciELO, no período de julho a setembro de 2020, segundo ano de publicação.

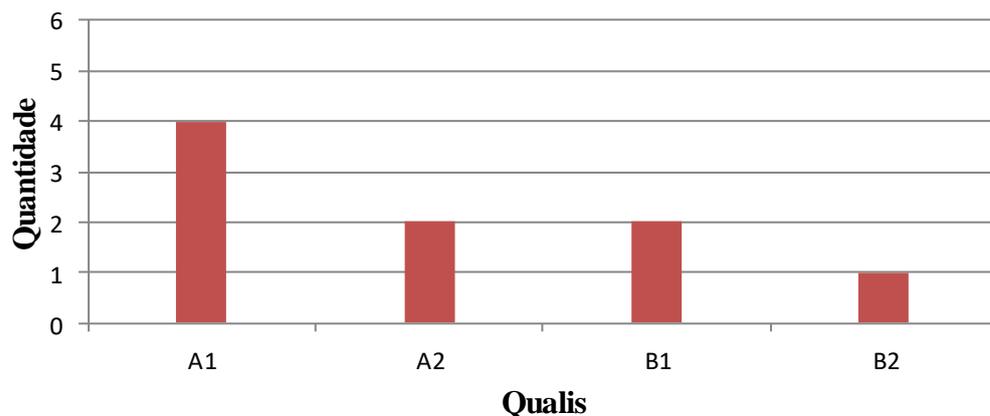


Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

Nota-se, no Gráfico 1, que houve um aumento de trabalhos relacionados à temática da escolarização de adolescentes em conflito com a lei, do ano 2015 para 2016, sendo no primeiro ano somente um trabalho e no segundo 04. Nos anos de 2017 e 2018 há uma redução dos trabalhos para somente 01 em cada ano, e novamente aumento em 2019 para 02 trabalhos.

No Gráfico 2 são apresentados os *Qualis* das revistas nos quais as pesquisas foram publicadas.

**Gráfico 2.** Quantidade dos artigos científicos selecionados por revista científica nas bases de dados do portal de periódicos da CAPES e SciELO, publicados no período de 2015 a 2019, conforme o *Qualis*.



Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

O Gráfico 2 demonstra a quantidade das publicações relacionadas aos *Qualis* periódicos das revistas, que no Brasil refere-se à classificação dos periódicos científicos utilizados para divulgar a produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no país. Os dados são categorizados em estratos, sendo os de maior excelência A1, A2, B1 e B2; os dois primeiros são de maior relevância internacional, e os dois últimos de maior relevância nacional. B3, B4 B5 são considerados de média relevância, já o estrato C é avaliado como sendo de baixa relevância (Erdmann,2009).

Os artigos selecionados são em sua maioria de estratos mais elevados, A1 e A2, com um total de 6 artigos; dos estratos B1 e B2 selecionou-se 3 trabalhos. Depreende-se, assim, que as pesquisa apresenta elevada qualidade de avaliação acadêmica.

### 3.2 Síntese dos estudos selecionados

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 09 artigos, organizados no Quadro 2, para melhor identificação dos artigos que são referência deste estudo.

**Quadro 3** – Identificação dos Artigos selecionados no Portal de Periódicos da Capes, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, nos últimos cinco anos, quanto ao ano, autor, revista e ISSN.

TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTORIA	REVISTA	ISSN
Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: Subsídios para repensar políticas educacionais	2015	BORBA, Patrícia Leme de oliveira; LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata.	Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação	1809-4465
School bonding of adolescent offenders	2016	SILVA, Jorge Luiz da; CIANFLONE, Ana Raquel Lucato; BAZON, Marina Rezende.	Paidéia (Ribeirão Preto), pisi	1982-4327
A escola e o adolescente em	2016	CUNHA, Eliseu de	Educação em	1982-

TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTORIA	REVISTA	ISSN
conflito com a lei: Desvelando as tramas de uma difícil relação.		Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado.	Revista UFMG.	6621
Associações entre <i>bullying</i> escolar e conduta infracional: Revisão Sistemática de estudos Longitudinais	2016	SILVA <i>et al.</i>	Psicologia: Teoria e Pesquisa.	1806- 3446
O “traficante” não vai à escola: processos de escolarização de adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas	2016	PESSOA, ALEX Sandro Gomes; COIMBRA, Renata Maria.	Revista Educação em Questão	<b>1981- 1802</b>
Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais	2017	OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de.	Psicologia Escolar e Educaional	1413- 8557
School experience during adolescence: a comparative study between adolescent offenders and not offenders	2018	SILVA, Jorge Luiz da; BAZON, Marina Rezende.	Psico-usf,	2175- 3563
Os desafios na escolarização de adolescentes em cumprimento de medida	2019	DE MORAIS, Juscislayne Bianca tavares; FERREIRA, Maria	Revista de Políticas Públicas da UFMA	2178- 2865

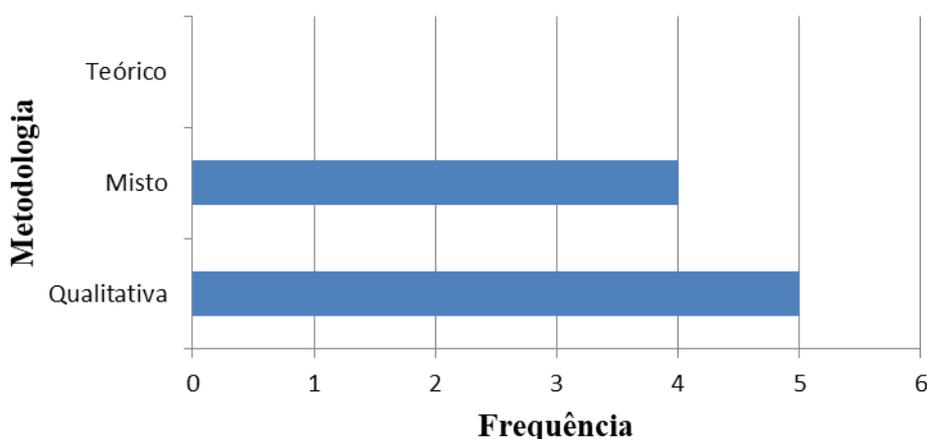
TÍTULO DO ARTIGO	ANO	AUTORIA	REVISTA	ISSN
socioeducativa de liberdade assistida		D'alva Macedo.		
A violência na escola e os adolescentes em conflito com a lei: estudo de caso	2019	BATISTA <i>et al.</i>	Educação: Teoria e Prática	1981-8106

Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

No Quadro 3 nota-se que os trabalhos estão concentrados na área da Educação e Psicologia, 5 (cinco) e (3) respectivamente Tal fato demonstra que o fenômeno da violência escolar não está relacionado exclusivamente à escola, mas é um tema que desperta o interesse de outras áreas do conhecimento por ser um problema social que vem aumentando em quantidade e gravidade dos atos, bem como em suas consequências sociais, psicológicas, físicas e emocionais, fazendo-se necessário para tanto um aprofundamento e interligação entre diversas áreas de pesquisa. (Ribeiro, 2016)

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os nove artigos selecionados, foram lidos na íntegra, bem como foi realizado a análise de suas metodologias no gráfico 3.

**Gráfico 3** – Quantificação das metodologias utilizadas nos artigos científicos selecionados na CAPES e Scielo, período de 2015 a 2019.



Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

Observa-se no Gráfico 3 a prevalência, nos trabalhos selecionados, da abordagem metodológica qualitativa, totalizando 5 artigos. Para Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014): “Esse tipo de abordagem, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, referentes a grupos particulares, propicia a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação (p.14)”. Seguindo-se a metodologia qualitativa vem a mista, localizada em 04 artigos.

### **3.3 Análise das Palavras-Chave**

Com a utilização da Análise de Conteúdo, no processo de escolha de categorias, utilizou-se critérios léxicos (sentido e significado das palavras) pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas. (Santos, 2012). Desta maneira, as categorias são vistas como classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns.

Para tanto, realizou-se a categorização das palavras-chave, agrupando semanticamente, resultando, assim, em 3 categorias dispostas na Tabela 2.

**Tabela 2** – Distribuição de frequência e categorização das palavras-chave relacionadas aos artigos selecionados na CAPES e Scielo, entre 2015 e 2019:

<b>Categoria</b>	<b>Frequência (f)</b>	<b>Frequência Simples Acumulada</b>	<b>Fr</b>	<b>Fr</b>	<b>Palavras-Chave Relacionadas</b>
Escola	13	13	0,43	0,43	Violência na escola, <i>bullying</i> , conflitos, ajustamento escolar, desigualdade educacional, desigualdade social, ambiente escolar.
Adolescência	09	22	0,30	0,73	Adolescente em conflito com a lei, adolescentes infratores, juventude, conflitos.
Socioeducação	08	30	0,27	1,00	Medidas socioeducativas, liberdade assistida, crime, Delinquência juvenil, tráfico de drogas, ato infracional.
<b>TOTAL</b>	30	-	1	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

Com a categorização das palavras, encontra-se 3 categorias, a saber: escola (f=13), com o maior percentual de 43%, seguido da categoria adolescência (f=09) com porcentagem 30%, e por último encontra-se socioeducação (f=08), com 27%. No Quadro 4 organizou-se a presença das categoriais nos artigos selecionados.

**Quadro 4** - Apuramento categorial das palavras-chave em relação aos artigos selecionados na CAPES e SciELO, entre 2015 e 2019:

CATEGORIA	Art.1	Art. 2	Art. 3	Art. 4	Art. 5	Art. 6	Art. 7	Art. 8	Art. 9
Escola	x	x	x	x	X	x	x	x	X
Adolescência	x	x		x	X	x	x		X
Socioeducação			x		X	x	x	x	X

Nota 1: Artigo com uma palavra chave da categoria: x. Fonte: Elaborado pelas autoras, (2020).

O Quadro 4 demonstra o apuramento das categorias das palavras-chave encontradas nos 09 (nove) artigos selecionados. Percebe-se que a categoria de maior incidência foi Escola (f=13), presente em todos os artigos, em segundo Adolescência (f=09), encontrada em 07(sete) artigos e por último a categoria Socioeducação (f=09), frequente em 6(seis) estudos. Ressalta-se que todas as 3(três) categorias estão presentes nos artigos 05,06,07 e 09, as categorias Educação e Adolescência encontram-se nos artigos 01,02 e 04, e as categorias Escola e Socioeducação são frequentes nos artigos 03 e 08.

### 3.3.1 Escola

A categoria escola foi a que apresentou maior frequência, estando presente em todos os 09 (nove) artigos selecionados, as palavras-chave relacionadas a esta categoria demonstram a relevância do ambiente escolar e diversas críticas relacionadas ao tradicionalismo existentes nas escolas, tanto para adolescentes não judicializados quanto para os judicializados. Acrescente-se a isso o fato de muitas escolas serem obsoletas e resistentes à mudanças. Nesse sentido, sabe-se que quando a instituição educacional contrapõe-se ao cenário escolar contemporâneo, isto é, está aquém dos avanços sociais e tecnológicos de sua época e não renova seus instrumentos pedagógicos tornando-os atrativos, estimulantes e sincronizados com as tendências atuais, torna-se uma tarefa praticamente impossível evitar o desinteresse e a desmotivação de um alunado jovem e moderno (Cunha & Dazzani, 2016).

Nota-se no contexto atual a utilização de pedagogias conservadoras ao longo da implementação das políticas públicas voltadas às crianças e adolescente. As escolas emergem enquanto espaços voltados à vigilância do público infanto-juvenil, as estratégias educacionais direcionadas aos adolescentes infratores estão mais envolvidas com a punição e controle sociopenal do que com o desenvolvimento integral desses jovens (Ferreira & Morais, 2016).

Corroborando com este pensamento, Seabra & Oliveira (2017) afirmam que: “A falta de interesse dos jovens não é algo intrínseco, mas devida à pouca atratividade de muitas instituições de ensino.” (p.642).

Um aspecto suscitado na pesquisa de Batista *et al* (2019) trata da percepção dos professores acerca da violência no ambiente escolar e a relação desta com a presença, na escola, de alunos adolescentes em conflito com a lei. A pesquisa evidenciou que, mesmo os docentes constatando a problemática da violência escolar, não há iniciativa para propor estratégias pedagógicas, tais como discussões e debates, direcionados aos direitos da criança e do adolescente, ao sistema de justiça juvenil, à criminalidade precoce, temas esses que podem contribuir positivamente no comportamento e/ou decisões de seus alunos em situação de vulnerabilidade social, nem ações que visem à recuperação das interações entre discentes e docentes.

Batista *et al* (2019) destacam também que é igualmente preocupante o pequeno interesse por parte dos docentes em desenvolver habilidades para a interação com jovens excluídos socioeconomicamente, estejam eles ou não em conflito com a lei. Se normalmente o professor apresenta dificuldade em lidar com adolescentes indisciplinados, o grau de dificuldade aumenta quando na escola, ou em sala de aula, há adolescentes em conflito com a lei; estes comportamentos dos professores, bem como a inércia da escola em buscar novas estratégias educacionais de prevenção e combate à violência escolar suscitam a necessidade de uma formação inicial e continuada desses profissionais

Na formação acadêmica inicial ainda não habilitam os docentes a desenvolver um trabalho pedagógico eficaz frente à gestão de conflitos no ambiente escolar, visto que tanto em relação ao processo didático pedagógico quanto nas relações interpessoais, a atuação docente é extremamente conteudista, idealizando o aluno como um sujeito comportado, ouvinte e disciplinado, enquanto que na realidade o aluno adolescente é um sujeito questionador. É preciso capacitar o professor com uma formação continuada que subsidie novas maneiras de pensar a prática pedagógica, possibilitando mudanças que favoreçam a escolarização e minimize as desigualdades sociais e educacionais, principalmente relacionadas aos adolescentes que cometeram atos infracionais (Batista *et al* 2019).

Relacionado ao vínculo com a escola, as pesquisas de Silva & Bazon (2016) e Silva, Cianflone & Bazon (2018) abordam a Teoria do Controle Social e Pessoal do Comportamento Desviante Adolescência. Desenvolvida por Le Blanc (1997), a referida teoria trata sobre o vínculo escolar, com a concepção multidimensional, utilizando das seguintes variáveis: Investimento, Compromisso e Apego ao Professor.

A pesquisa de Silva & Bazon (2016) além da Teoria de Le Blanc utilizaram-se também dos trabalhos de Le Blanc, Ouimet & Szabo (2003). O estudo observou que os adolescentes que possuem um vínculo forte com a escola tem menos possibilidade de envolver-se com práticas delituosas se comparado com adolescentes que possuem uma conexão fraca. Os autores enfatizam que “Problemas nos componentes do vínculo escolar encorajam o desligamento gradual da escola por parte dos alunos, o que, em combinação com outras variáveis pessoais, sociais e contextuais, apóia o surgimento de comportamentos desviantes” (p. 92).

Outro aspecto interessante em relação ao fortalecimento do vínculo escolar está na relação entre alunos e professores. Para Silva *et al.* (2018), o apego aos docentes, isto é, uma identificação afetiva saudável, está fortemente associada ao desempenho escolar e à ausência de comportamentos disciplinares e violadores de regras. Nesse sentido, os alunos que recebem apoio e incentivo dos professores, em momentos de dificuldades acadêmicas, sociais e emocionais tendem a desenvolver o respeito e apreço pelos professores, e esta relação de reciprocidade, conseqüentemente, favorece o fortalecimento das relações interpessoais, bem como diminui as ações disciplinares institucionais, na maioria dos casos é a judicialização do problema.

Deste modo, surge uma questão que precisa ser bem debatida: a judicialização dos comportamentos violentos no ambiente escolar. Esta é uma alternativa encontrada por muitos profissionais para solucionar os problemas na relação com escolares socioeducandos. O recurso adotado, quase sempre, é o de acionar a polícia militar e, conseqüentemente, o depoimento do professor ou direção em forma de BO, fato este que leva a um afastamento maior do aluno e um déficit no desempenho escolar. (Silva *et al.*, 2018).

Batista *et al* (2019) assinalam que o corpo docente e pedagógico da Escola tem dificuldades pra trabalhar os conflitos violentos no ambiente escolar, assim, é considerado mais fácil e cômodo tratar o fenômeno como uma questão de Segurança Pública, pois a presença da Polícia Militar ou Guarda Municipal promove a sensação de segurança e tranquilidade para professores e funcionários.

Além disso, associa-se à prática da judicialização a falta de práticas educacionais preventivas e, sem sintonizar com as perspectivas sociais, culturais e econômicas dos adolescentes, tem favorecido o empobrecimento das discussões relacionadas à violência escolar. (Cunha & Dazzani, 2016).

A pesquisa de JL Silva *et al* (2016) fez uma revisão sistemática sobre o *Bullying* e conduta infracional. Os autores utilizaram uma revisão sistemática dos estudos revisados e

verificaram uma associação significativa entre o *bullying* e a delinquência juvenil e/ou a criminalidade adulta Ressaltaram, ainda, que mesmo havendo controle de fatores de risco na infância o *bullying* ainda configurava-se como uma razão para comportamentos violentos, fato que não pode ser considerado como determinante para a manifestação e/ou manutenção de uma conduta violenta ou infracional.

Do mesmo modo, é de suma importância problematizar sobre as consequências emocionais e sociais produzidas pelo *bullying*, tanto para agressores, vítimas e expectadores. Portanto, a limitação da influência exercida especificamente pelo *bullying* à conduta infracional é importante e o destaca como um problema sério que, por si só, atrela-se às consequências negativas a curto e a longo prazo aos sujeitos nele envolvidos (Jl Silva *et al.*, 2016)

A relação do *bullying* com uma conduta infracional e criminal, robustece as discussões quanto à necessidade de ações preventivas desenvolvidas pela escola, no sentido do enfrentamento, nos estágios iniciais, desta problemática da violência escolar como um fator de aproximação do adolescente com uma vida delinquente e/ou delituosa (Jl Silva *et al.*, 2016). No que diz respeito à delinquência juvenil, é possível que o impacto do *bullying* seja ocasionado pelo frágil vínculo escolar e, possivelmente, pela naturalização da violência (Silva & Bazon, 2016; Silva *et al.*, 2018).

Outro aspecto constante nas pesquisas selecionadas neste estudo versam sobre a evasão escolar. Para Seabra e Oliveira (2017) “a dinâmica escolar influencia diretamente no fenômeno da evasão e da baixa escolaridade, não sendo características peculiares de jovens em conflito com a lei” (p.642).

Contudo, a evasão escolar é uma característica comum de adolescentes em conflito com a lei, entre os fatores elencados como propulsores da evasão destacam-se: a necessidade de geração de renda imediata, pais com baixa escolaridade, uso de drogas, negligência por parte dos genitores, a exclusão que sofrem; o desentendimento com a comunidade escolar; o sentimento de discriminação; a dificuldade de aprender pelos métodos educacionais convencionais; a falta de interesse pelo que está sendo ensinado; e a falta de abertura da escola para outras práticas, mais próximas da sua realidade e cultura.(Batista *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2016; Seabra & Oliveira, 2016).

Algumas condições de risco para a evasão escolar podem ser evitadas com a prática de fatores de proteção relacionados à permanência dos alunos na escola: a rede de apoio familiar, o predomínio de pais com pelo menos o Ensino Médio, a boa frequência escolar na Educação Infantil, o bom relacionamento com a comunidade escolar, a participação em ações

escolares que fomentem a motivação para estudar, a percepção pessoal do jovem quanto aos benefícios da permanência na escola, o hábito de estudar, o próprio cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto em condições adequadas.( Borba, Lopes & Malfitano, 2015; Cunha & Dazzani, 2016; De Moraes & Ferreira, 2019; Piazarollo, 2015; Seabra & Oliveira, 2017; Silva *et al.*, 2016).

Convergindo com este pensamento, Moraes e Ferreira (2019) afirmam:

A análise dos fatores de proteção associados à permanência na escola revela que elementos importantes na motivação em continuar estudando extrapolam a sala de aula e a relação de ensino-aprendizagem, compreendendo outras dimensões da vida escolar, como os bons relacionamentos, as visitas orientadas e as aulas de campo. Além disso, esse exame também aponta a relevância da rede de apoio do adolescente para a sua vida escolar e geral que, nesse suporte, mostram-se fundamentais à atuação do pai, da mãe, dos alunos e dos professores. (p.11)

### **3.3.2Adolescência**

A categoria adolescência foi a que apresentou a segunda maior frequência, estando presente em 07 (sete) artigos selecionados. As palavras-chave relacionadas a esta categoria foram adolescente em conflito com a lei, adolescentes infratores, juventude, conflitos e delinquência juvenil. Os adolescentes em conflito com a lei apresentam diversos problemas relacionados ao processo de escolarização, podendo ser elencado o baixo desempenho acadêmico, o fracasso escolar, altas taxas de repetência, considerável distorção idade- série, altas taxas de evasão escolar e fraco vínculo com o ambiente escolar (Calejon, 2017; Silva & Bazon, 2018).

Além da evasão escolar, há recusa da escola em matricular os adolescentes em conflito com a lei, entre as alegações das instituições destacam-se: ausência de vagas, justificativas relacionadas à segurança dos outros alunos e o risco oferecido pelo socioeducando à escola. Tendo isto em vista, algumas mães tentam omitir a informação de que seus filhos cumprem medida socioeducativa afim de evitarem negação da vaga. Contudo, quando os familiares e profissionais não conseguem a vaga, a Promotoria da Infância e da Juventude é acionada (Cunha & Dazzani, 2016).

A falta de informação quanto à condição de adolescentes em conflito com a lei no momento da matrícula, também dificulta o trabalho da escola em desenvolver atividades individualizadas, haja visto que o uso de estratégias educacionais equânimes, prejudica o desenvolvimento escolar destes estudantes, pois é importante que a escola contemple as

especificidades e dificuldades dos adolescentes, os quais já apresentam uma trajetória escolar marcada por rupturas (Seabra & Oliveira, 2017).

É fundamental fornecer condições favoráveis de permanência do adolescente infrator na escola, pois só a garantia da vaga não é o bastante, haja visto que este indivíduo tem um histórico de desligamento e evasão associados à conduta delincente, pois, atualmente, a evasão pode estar associada a novas formas de exclusão, isto é, o aluno permanece no sistema, mas gradativamente e progressivamente desliga-se da escola, apesar de estar formalmente matriculado.(Seabra & Oliveira, 2017; Silva *et al.*, 2018).

O baixo nível de escolaridade também influencia na inserção ao mercado de trabalho, pois muitos adolescentes apesar de aptos ao serviço não possuem habilidades acadêmicas necessárias para ocuparem altos postos de trabalho, sendo comum ocupação como auxiliar de lava-carros; atendente de Lan house; pedreiro aprendiz e segurança; empacotadora de mercearia; aprendiz de pedreiro e ajudante de mecânico (Silva *et al.*, 2016).

O fracasso escolar refere-se ao desinteresse pela escola, indisciplina, notas baixas, repetência, distorção idade- série e evasão escolar, fato observado majoritariamente em alunos oriundos dos estratos sociais populares, sendo frequentemente associado aos estudantes o insucesso escolar, eximindo assim, a escola de sua responsabilidade conjunta de oferecer condições efetivas para o processo de ensino-aprendizagem, isto é, uma formação integral e, conseqüentemente, a progressão. (Cunha & Dazzani, 2016; Seabra & Oliveira, 2017).

### **3.3.3 Socieducação**

A terceira categoria, Socioeducação, apresentou a menor frequência, estando presente em 06 (seis) artigos selecionados. As palavras- chave relacionadas a esta categoria são: Medidas socioeducativas, liberdade assistida, crime, delinquência juvenil, tráfico de drogas, ato infracional. Cunha e Dazzani (2016) afirmam que a literatura é enfática em demonstrar que a maioria dos adolescentes infratores não frequentavam a escola à época de sua apreensão, bem como em situar a evasão e o atraso escolar como preditores da delinquência juvenil.

A frequência escolar é um dos requisitos para o cumprimento de medidas socioeducativas tanto em Meio Aberto quanto em Meio Fechado, todavia, se o adolescente não tem acesso à educação há um descumprimento do que preconiza o ECA e as diretrizes do SINASE, é como se o ideal socioeducativo permanecesse no campo das ideias e não estivesse sendo colocado em prática. (Ferreira & Morais, 2016).

Outra dificuldade do acesso ao espaço escolar é a distorção idade-série dos socioeducandos, ou eles são muito jovens para frequentar a modalidade Educação de Jovens e Adultos ou sua idade é muito elevada para sua inserção no Ensino regular (Cunha & Dazzani, 2016). Os adolescentes em conflito com a lei não são bem vindos à escola, pois este espaço reflete diversos paradigmas preconceituosos, discriminatórios e estigmatizante que a sociedade possui em relação a estes jovens, mesmo após o cumprimento das medidas socioeducativas os adolescentes continuam sendo rotulados como agressivos, delinquentes e perigosos. Ressalta-se que o estigma imposto aos adolescentes infratores não está associado somente à suposta periculosidade deles, mas expande-se à crença de considerá-los incapazes ou desmotivados academicamente. (Cunha & Dazzani, 2016, Seabra & Oliveira, 2017; Zanella, 2010).

Um fato interessante relacionado à evasão de adolescentes que cumprem medida socioeducativa é encontrado nos estudos de Borba *et al.*, (2015). Tal pesquisa observou que a evasão escolar é mais comum nos adolescentes infratores que cumprem Medida socioeducativa de liberdade Assistida –LA, comparada a outras medidas. Segundo os autores este fato pode ser explicado pela obrigatoriedade da inclusão no sistema educacional, desta maneira, os adolescentes são obrigados a se inserirem e “livres” para saírem, principalmente após o cumprimento da medida, quando não terão que justificar judicialmente a sua decisão, depreende-se então que, apesar da garantia da inserção no sistema escolar, nele não permanecem.

Paradoxalmente, Pessoa e Coimbra (2016) evidenciaram em sua pesquisa que os adolescentes infratores que cumpriram medida socioeducativa em meio fechado, especificamente a internação, relataram manter nas unidades onde cumpriam a medida socioeducativa, relações interpessoais saudáveis com os educadores e demais profissionais por esses serem mais acessíveis e compreensivos com suas dificuldades; alguns dos participantes afirmam que só aprenderam a ler e escrever enquanto cumpriam a medida socioeducativa.

#### **4. Considerações Finais**

Dos nove artigos analisados depreende-se a eminente necessidade de aprofundamento das pesquisas direcionadas à escolarização de adolescentes em conflito com a lei no campo da reformulação das políticas educacionais direcionadas para os adolescentes infratores, pois mesmo diante do respaldo legal de obrigação ao acesso e permanência de adolescentes em

cumprimento de medidas socioeducativas no ambiente escolar, os estudos analisados demonstraram que a escola ainda apresenta muitas dificuldades pedagógicas e curriculares para atender e desenvolver integralmente estes indivíduos.

Os estudos selecionados destacaram que os obstáculos de escolarização de adolescentes infratores podem ocorrer mesmo antes da infração, isto é, a trajetória escolar destes adolescentes é marcada por insucessos acadêmicos anteriores ao cometimento do ato infracional, e agravam-se com o cumprimento de medidas socioeducativas, as quais estigmatizam os adolescentes e dificultam ainda mais o retorno deles ao ambiente escolar, e acabam por reaproximá-los das práticas delituosas. Prevalendo assim, uma mensagem sublimar que o fracasso escolar está relacionado ao desinteresse do aluno infrator e não à incapacidade da escola em inovar suas ações e reconstruir uma identificação relacional dos adolescentes com a escola.

Não obstante, identifica-se como uma limitação desta revisão a pequena quantidade de textos que tratem da escolarização, principalmente, os que trabalhem as estratégias exitosas de atendimento escolar de adolescentes infratores, posto que nos trabalhos selecionados não verificou-se relatos de experiências que tiveram resultados positivos na Educação destes adolescentes.

É importante que haja um aprofundamento nas pesquisas relacionadas à violência escolar e aos adolescentes em conflito com a lei, pois nota-se que há um número significativo de trabalhos sobre o fenômeno da violência escolar, entretanto, há poucos trabalhos que relacionem o fenômeno e suas consequências na trajetória escolar de adolescentes infratores. Desta maneira, conclui-se que há necessidade de trabalhos futuros que vislumbrem os principais problemas no processo de escolarização, bem como suscitem novas maneiras de melhorar o acesso e permanência na escola, estratégias pedagógicas inovadoras e eficientes no campo da socioeducação.

Para finalizar, convém ressaltar que um dos pontos positivos deste estudo está na seleção de trabalhos com abordagem quanti-qualitativa que propiciam uma ampliação na interpretação dos resultados alcançados nas pesquisas, possibilitando assim um avanço nas discussões acerca do tema. Outro ponto positivo refere-se à concentração dos trabalhos na área da Educação, carente de pesquisas que abordem o processo educativo dos adolescentes em conflito com a lei.

## Referências

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Batista, T. V., Tiellet, M. D. H. S., Stefano, D., & Medeiros, M. F. (2019). A violência na escola e os adolescentes em conflito com a lei: estudo de caso. *Educação: Teoria e Prática*, 29(60).

Borba, P. L. D. O., Lopes, R. E., & Malfitano, A. P. S. (2015). Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei: subsídios para repensar políticas educacionais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 23(89), 937-963.

Brasil. (2009). Secretaria Especial de Direitos Humanos. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). *Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico*.

Brasil. (2017) Secretaria Nacional de Assistência Social. Censo SUAS 2017: Resultados Nacionais. *Brasília: Coordenação- Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial, 2018*.

Brasil, S. F. (1988). Constituição da república federativa do Brasil. *Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico*.

Calejon, L. M. C. (2011). Desempenho escolar e vulnerabilidade social. *Revista Exitus*, 1(1), 146-164.

Caparrós, R. F. Q. (2013). Entre saberes, sabores e desafios da tarefa educativa com jovens em conflito com a lei: como as educadoras significam os processos educativos do espaço do programa de medidas socioeducativas em meio aberto.

Carcerária, P. (2006). Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília.

Cardoso, T., Alarcão, I., & Celorico, J. A. (2010). Revisão da literatura e sistematização do conhecimento. *Porto Editora*.

Cavalcante, R. B., Calixto, P., & Pinheiro, M. M. K. (2014). Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, 24(1), 13-18.

Cunha, E. D. O., & Dazzani, M. V. M. (2016). School and adolescents in conflict with the law: revealing the plots of a difficult relationship. *Educação em Revista*, 32(1), 235-259.

de Moraes, J. B. T., & Ferreira, M. D. A. M. (2019). Os Desafios Na Escolarização De Adolescentes Em Cumprimento De Medida Socioeducativa De Liberdade Assistida. *Revista de Políticas Públicas*, 23(2), 621-639.

de Moraes, J. B. T., & Ferreira, M. D. A. M. (2019). Os Desafios Na Escolarização De Adolescentes Em Cumprimento De Medida Socioeducativa De Liberdade Assistida. *Revista de Políticas Públicas*, 23(2), 621-639.

dos Santos, F. M. (2012). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Obtido em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

Erdmann, A. L., Marziale, M. H. P., Pedreira, M. D. L. G., Lana, F. C. F., Pagliuca, L. M. F., Padilha, M. I., & Fernandes, J. D. (2009). A avaliação de periódicos científicos qualis e a produção brasileira de artigos da área de enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(3).

Federal, G. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei federal*, 8.

Fram, D., Marin, C. M., & Barbosa, D. (2014). Avaliação da necessidade da revisão sistemática e a pergunta do estudo. *Enfermagem Baseada em Evidências. São Paulo: Atheneu*, 21-28.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*, 4, 175. São Paulo: Atlas.

Le Blanc, M. (1997). La régulation sociale et personnelle de la conduite marginale [Social and personal control of delinquent behavior]. *Manuel sur des mesures de l'adaptation sociale et personnelle pour les adolescents québécois [Manual on measures of social and personal adjustment for Quebec adolescents]*, 3-22.

Le Blanc, M., Ouimet, M., & Szabo, D. (2003). *Traité de criminologie empirique [Empirical criminology treaty]*.

MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Censo SUAS 2017: Resultados Nacionais. *Brasília: Coordenação- Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial*, 2018.

Oliveira, I. C., & Vasques-Menezes, I. (2018). Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. *Cadernos de pesquisa*, 48(169), 876-900.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). Metodologia da pesquisa científica.

Pessoa, A. S. G., & Coimbra, R. M. (2016). O “traficante” não vai à escola. *Revista Educação em Questão*, 54(42), 190-217.

Piazzarollo, D. C. G. (2015). Fatores De Risco E De Proteção Presentes Na Vida De Adolescentes Cumprindo Liberdade Assistida: Permanência E Evasão Escolar.

Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição*. Editora Feevale.

Ribeiro, P. F. L. (2016). *De menor a adolescente: o papel da escola na política socioeducativa do Rio de Janeiro* (Master's thesis).

Seabra, R. C. F. D. F., & Oliveira, M. C. S. L. D. (2017). Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 639-647. <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111144>.

Silva, J. L. D., & Bazon, M. R. (2018). School Experience during Adolescence: A Comparative Study between Adolescent Offenders and Not Offenders. *Psico-USF*, 23(3), 437-449. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712018230304>.

Silva, J. L. D., Cianflone, A. R. L., & Bazon, M. R. (2016). School bonding of adolescent offenders. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 26(63), 91-100.

Silva, J. L. D., Oliveira, W. A. D., Bono, E. L., Dib, M. A., Bazon, M. R., & Silva, M. A. I. (2016). Associações entre bullying escolar e conduta infracional: revisão sistemática de estudos longitudinais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 81-90. <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012241081090>.

Siqueira, L. D. A. R. (2016). *Adolescentes em “liberdade assistida”*: narrativas de (re) encontros com a escola. 2016. 190 f (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória).

Soares, A. M., & Ivo, A. B. L. (2018). Violência Escolar, Juventude E Segurança Pública. *Novos Olhares Sociais*, 1(2), 111-133.

Torres, N. V., & de Araujo, E. L. (2015). O observatório da educação e as questões de gênero e violência escolar: confronto entre meninas. *Interfaces Da Educação*, 6(16), 90-102.

Trivinos, A. N. S. (1987). Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo.

Zanella, M. N. (2010). Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível? *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (3).

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Suany Naiara Rosa dos Anjos – 65%

Maély Ferreira Holanda Ramos – 35%